



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 28 de novembro de 2016

Edição 2409 | Páginas: 14

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA

PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações

Fronteiras e MERCOSUL:
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos

Indígenas:
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das

Minorias:
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da

Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável:
Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB.
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Legislativos

- Ata da 691ª Sessão Extraordinária - Sucinta	02
- Ata da 692ª Sessão Extraordinária - Sucinta	03
- Ata da 693ª Sessão Extraordinária - Sucinta	03
- Ata da 694ª Sessão Extraordinária - Sucinta	03
- Ata da 2545ª Sessão Ordinária - Íntegra	03
- Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Edital de Convocação nº 005/2016	09
- Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde - Edital de Convocação nº 013/2016	09

Atos Administrativos

- Diretoria de Gestão de Pessoas - Errata da Resolução nº 2750/2016	10
- Diretoria de Gestão de Pessoas - Resoluções nº 2780 a 2807/2016	10

ATOS LEGISLATIVOS
ATAS PLENÁRIAS - EXTRAORDINÁRIA
ATA DA SEXCENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às quinze horas do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Presidência desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima nonagésima primeira Sessão Extraordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Requerimento nº 074/16, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária, sem ônus, para o Poder Legislativo, no dia dez de novembro do corrente ano, às quinze horas, para discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 057/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), crédito suplementar por transposição, no valor global de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica (regime de urgência), de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 086/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Procuradoria Geral do Estado de Roraima FUNDEPRO Roraima, crédito suplementar no valor global de R\$ 146.900,00 (cento e quarenta e seis mil e novecentos reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 097/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 106/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação - IACTI, crédito suplementar no valor global de R\$ 293.933,66 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 108/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria Estadual de Educação e Desporto - SEEGAD e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.372.065,50 (vinte e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 111/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Estadual de Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.339,08 (cento e quarenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e oito centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 110/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI, crédito suplementar no valor global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 112/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Unidade de Operações Especiais, crédito suplementar no valor global de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 122/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, crédito

suplementar no valor global de R\$ 11.152.790,79 (onze milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais e setenta e nove centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 129/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC, crédito suplementar no valor global de R\$ 13.468.374,00 (treze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 130/16 com apenso dos Projetos de Lei nºs 122/16 e 129/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Estadual de Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.943.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 131/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUC, crédito suplementar no valor global de R\$ 345.816,41 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 134/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria Estadual de Educação e Desporto – SEED, crédito suplementar no valor global de R\$ 738.561,49 (setecentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e nove centavos), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Resolução Legislativa nº 017/16, que “altera os anexos I, II e III da Resolução Legislativa nº 009/11, de 6 de julho de 2011 e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da assembleia legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências. E, discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 006/16, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 006, de 6 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Chico Mozart**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário à leitura do Projeto de Lei nº 086/16, bem como do Parecer do Relator. Colocado em discussão e votação o Projeto foi rejeitado com 01 voto favorável, 13 votos contrários e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 112/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado com 15 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 006/16 que, colocado em discussão e votação em primeiro turno, foi aprovado com 14 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Então, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 130/16 que, colocado em discussão e votação, foi aprovado com 15 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 131/16 que, colocado em discussão e votação, foi aprovado com 15 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 134/16 que, colocado em discussão e votação, foi aprovado com 16 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Chico Mozart, Coronel Chagas, Chico Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaias Maia, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATA DA SEXCENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às dezessete horas do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Presidência desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima nonagésima segunda Sessão Extraordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Requerimento nº 075/16, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária, sem ônus, para o Poder Legislativo, no dia dez de novembro do corrente ano, às dezessete horas, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 006/16, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 006, de 6 de junho de 1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Chico Mozart**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 006/16, bem como do Parecer do Relator. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado com 16 votos favorável, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Chico Mozart, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATADASEXCENTÉSIMANONAGÉSIMATERCEIRASESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às doze horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima nonagésima terceira Sessão Extraordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Requerimento nº 081/16, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária, sem ônus, para o Poder Legislativo, no dia vinte e três de novembro do corrente ano, às 12h30, para discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 128/16, que “dispõe sobre a incorporação do Convênio ICMS/CONFAZ nº 112, de 23 de setembro de 2016, à legislação estadual, instituindo o Programa de Reparação de Créditos, inscritos ou não em dívida ativa do Estado de Roraima”, de autoria governamental. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Chico Mozart**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, a leitura do Projeto de Lei nº 128/16, bem como do Parecer do Relator. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado, com emendas, com 16 votos favorável, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas Flamarion Portela, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATA DA SEXCENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às doze horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima nonagésima quarta Sessão Extraordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Requerimento nº 083/16, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária, sem ônus, para o Poder Legislativo, no dia vinte e três de novembro do corrente ano, às 12h, para discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 07/16, que “dispõe sobre a criação do Fundo do Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da polícia Militar de Roraima, FRA/PM e a taxa em razão do poder de polícia e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; e em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 08/16, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que institui a carreira e o cargo de agente penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC”, de iniciativa do Poder Executivo. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Chico Mozart**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, a leitura do Projeto de Lei nº Complementar nº 07/16, bem como do Parecer do Relator. Colocado em discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto foi aprovado com 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº Complementar nº 08/16, bem como do Parecer do Relator. Colocado em discussão e votação, em segundo turno, o Projeto foi aprovado com 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Izaías Maia, Jalsen Renier, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2545ª SESSÃO, EM 26 DE OUTUBRO DE 2016.
52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL
CHAGAS**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quadragésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor

Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

- Ofício nº 050605, de 25/10/16, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, solicitando substituição de anexos no Projeto de Lei Complementar nº 03/2016.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

- Ofício nº 042, de 24/10/16, encaminhando cópia da decisão interlocutória expedida nos autos do Processo nº 0516/16-TCE/RR, que trata do levantamento da receita total realizada pelo Estado de Roraima.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Projeto de Resolução s/nº, de 25/10/16, do Deputado Masamy Eda, que “altera dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa que tratam sobre a Corregedoria Parlamentar”.

-Indicação s/nº, de 19/10/16, da Deputada Lenir Rodrigues, encaminhando, ao Governo do Estado, solicitação para reforma da ponte de 7 metros, Igarapé Saruê, em frente ao sítio do Senhor Gilson, localizado a 1500 metros antes da Vila Caxias, Vicinal 9, no Município de Cantá-RR.

-Indicação s/nº, de 19/10/16, da Deputada Lenir Rodrigues, encaminhando, ao Governo do Estado, solicitação para recuperação de 8 KM na estrada no picadão da Vicinal 9A, no Município de Caracará-RR.

-Indicação s/nº, de 20/10/16, da Deputada Lenir Rodrigues, encaminhando, ao Governo do Estado, solicitação para reforma da ponte de 7 metros na entrada da Vila Caxias, localizada na Vicinal 9, Igarapé do Catita, no Município de Cantá-RR.

-Indicação s/nº, de 20/10/16, da Deputada Lenir Rodrigues, encaminhando, ao Governo do Estado, solicitação para aquisição de um transformador de 35 KVA e fornecimento de rede elétrica, pela CER, para a Vila Caxias – Cantá-RR.

-Indicação s/nº, de 25/10/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, solicitação para recuperação da BR-174, na altura do trecho 386, a aproximadamente 20 km da sede do Município de Caracará-RR.

-Indicação s/nº, de 25/10/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, solicitação para reforma do Ginásio Poliesportivo Estadual Orlando Baranda Batista, “Barandinha”, localizado no Município de Caracará-RR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, demais parlamentares e público em geral, bom dia! “Quadrilha aplica golpe no projeto casa própria que faturou mais de um milhão”. Isso eu falo há 200 anos no rádio e na televisão, já fiz pronunciamento aqui, e como a justiça de Deus tarda, mas não falha, está aqui o resultado, confirmando o que eu venho alertando há muito tempo. A Polícia Civil deflagrou a operação Morfeu, que resultou na prisão de 4 pessoas acusadas de integrar uma quadrilha de estelionatários que aplicavam o golpe nos interessados no sonho da casa própria, havia até um pastor evangélico envolvido. Formulários com a logomarca da Caixa Econômica Federal e do programa Rede Cidadania eram usados para ludibriar as pessoas com a promessa de terem moradia por meio do programa “Minha Casa Minha Vida.” As pessoas interessadas tinham que pagar um valor em torno de 10 mil, sem emissão de recibo, logo após o grupo desaparecia. A polícia estima que mais de duzentas pessoas tenham sido enganadas e que o grupo faturou em torno de um milhão. Uma parte da quadrilha está na cadeia, temos que ir atrás da outra parte que continua dando casa para quem não merece, pois quem precisa, quem tem filho excepcional não ganha a casa. O programa é federal, por isso o pedido de investigação vai para a polícia federal, que trata dos casos federais. Hoje, vendem uma casa no conjunto Cruviana, no conjunto Pérola, apartamento no Vila Jardim por 35, 40 mil reais. Mas, infelizmente, até o momento ninguém resolveu apurar e investigar tudo que está acontecendo, tem até placas anunciando as vendas nas casas dos conjuntos anunciados. Algumas pessoas mandam mensagem para o Barra Pesada pedindo para anunciar que estão vendendo uma casa no Pérola do Rio Branco, ou no Vila Jardim. Todos estão vendendo... muitos que são parentes de a, b, c, de alguma autoridade recebem a casa em detrimento

de quem precisa. Alguma bandidagem está acontecendo, falta só fiscalização. Eu confio e peço ajuda da Polícia Federal, porque no Projeto “Minha Casa Minha Vida,” se investigarem, vão descobrir bandidagem, negociatas. Então, a questão é de responsabilidade da Polícia Federal. Concedo um aparte ao Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**

– Quero me juntar ao seu pronunciamento e dizer também que aprovo que Vossa Excelência e a Mesa Diretora desta Casa peçam apoio à Polícia Federal para que investigue, pois temos denúncias de que está ocorrendo esse tipo de coisa, que é ilegítima e imoral para um Estado como o nosso, haja vista que tem muitas pessoas precisando de casa e pessoas abastadas, que não precisam, sendo favorecidas. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Isaías Maia** continua- Além das casas que estão sendo dadas para quem não precisa, ainda há centenas de casas fechadas, porque estão nas mãos de quem não precisa. Tanto é que estão alugadas por quinhentos reais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou, nesta terça-feira, o massacre de presos ocorrido no dia 16 de outubro na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. A referida Comissão pede ao Brasil que inicie uma investigação para identificar e punir os responsáveis, e recorda que cabe ao Estado adotar as medidas necessárias para evitar que tais incidentes se repitam. Vamos ver os trâmites normais desta Casa, pois eu sou leigo aqui em muitas coisas, estou aprendendo, mas quero solicitar a presença aqui de uma das maiores autoridades do sistema penitenciário na área de execução penal para fazer um relatório da verdade, o Promotor Carlos Paixão, que fez, antontem, um pronunciamento na TV Boa Vista, no canal 12, do Barra Pesada, e vai fazer no rádio. Então, quero pedir isso a esta Casa, se possível, se o Promotor concordar em vir aqui, pois ele vai explicar em detalhes tudo que está acontecendo na PA e sobre essa condenação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Só para resumir o que o Promotor Carlo Paixão disse: “A solução, principalmente da PA, é deixar no chão, e começar tudo novamente”. Concedo um aparte ao Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Posso dizer aos colegas, inicialmente, que não há necessidade de trazer o Doutor Carlos Paixão, até mesmo porque nós instalamos aqui a CPI do sistema prisional e, lamentavelmente, quero reafirmar que nós convidamos os órgãos de controle do estado para se fazerem presentes e acompanhar o trâmite da CPI, pessoas que deveriam estar preocupadas com a situação, mas não apareceu um representante do Ministério Público, do judiciário, do Tribunal de Contas nem da Defensoria. Então, o que a gente gostaria que ocorresse era que todos os deputados nos ajudassem nesse trabalho. Ontem, nós tivemos três oitivas e descobrimos absurdos, até o presidente em exercício, o Coronel Chagas, vai concordar comigo que a alimentação que entra na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo nem é contada, nem revistada. Então, Coronel Chagas, a gente ficou assustado com os depoimentos, pois nos confundiram, tanto os agentes penitenciários, quanto os policiais militares que a alimentação que chega nem é contada para saber a quantidade que está sendo fornecida, muito menos é revistada. Então, podem entrar armas, drogas, celulares, por isso está o caos que está, não há controle, não há gestão, e isso foi dito pelos próprios funcionários. Por isso, é importante que todos os deputados, independente de serem membros ou não da CPI, se façam presentes. Ontem, o Deputado George Melo, mesmo sem ser membro, estava lá, ouviu e ficou assustado, disse que não perde mais nenhuma reunião. Então, hoje, às 15 h, nós estaremos reunidos novamente, e faço o convite a todos, porque é preciso que esta Casa faça o seu papel, não adianta esperar que os outros façam o nosso dever de casa. Parabéns pelas colocações, sempre em defesa da sociedade, mostrando a nossa realidade.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Quando eu falo aqui no Promotor Carlos Paixão, é porque na televisão ele disse que quando precisassem do seu esclarecimento para ajudar a Assembleia, estaria à disposição. E na primeira vez que vieram autoridades para analisar o problema prisional, chamaram todos, menos o Promotor Carlos Paixão, que é das execuções penais. Ele disse: “já que não me chamaram eu não vou me oferecer, vou ficar na minha.” Agora, a mesma coisa. Então, transito aos Deputados que se quiserem a colaboração do Promotor, ele estará à disposição. Agora, temos, pelo menos, uma coisa boa, a implantação do sistema militar que muda a realidade de duas escolas na zona oeste, ou seja, na periferia. Antes, o traficante vendia drogas dentro da

escola e atacava até os diretores, mas desde abril deste ano, com a implantação da escola militar, a realidade é outra nas escolas estaduais Hitler de Lucena e Elza Breves de Carvalho, no bairro Senador Hélio Campos. Esse projeto deveria se estender a todas as escolas. Por isso, quero dizer ao Presidente da Mesa que é militar, Coronel da Polícia Militar, que se esse projeto se for adiante para ser disseminado em toda a rede educacional, seja estadual ou municipal, tem o apoio do Deputado e apresentador Izaías Maia. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos que estão nos acompanhando aqui no plenário da Casa e através do sinal da TV Assembleia. A todos os profissionais dos meios de comunicação nosso cordial, bom-dia.

Ocupo esta tribuna hoje, caros colegas, primeiro, para dizer que não fiz aparte ao Deputado Izaías em dois pontos de seu pronunciamento, no tocante ao sistema prisional e as escolas militares, porque faria pronunciamento logo em seguida. Mas, Deputado Izaías, eu fico muito feliz quando Vossa Excelência diz da sua disposição e apoio à filosofia dos colégios militares que o Governo levou a mais duas escolas na capital, baseada no Colégio Militar que foi criado por esta Casa em 2011 e já está no quinto ano de existência, chamado Derly Luis Vieira Borges, primeiro colégio a ser criado através de projeto de minha autoria. Esse ano, o colégio foi avaliado pela primeira vez pelo IDEB e alcançou a maior nota das escolas públicas de todo o Estado nos últimos tempos. A média nacional é 5,5 e o colégio militar Derly Luis Vieira Borges alcançou a nota 7, acima da média nacional, e, em apenas cinco anos está entre as 30 escolas melhores do País. Isso vem comprovar a seriedade do trabalho, a excelência do projeto pedagógico e o excelente trabalho realizado por professores, por militares, por bombeiros militares que trabalham naquele órgão, bem como pela Associação de Pais e Mestres, Polícia Militar e por todos os órgãos que estão envolvidos para melhorar a educação no Estado e proporcionar aos nossos jovens estudar num colégio de excelência.

E o atual governo ao assumir, conheceu o projeto e o levou, com a mesma essência, a dois colégios da periferia que já começam a obter resultados também. Eu tenho absoluta convicção de que esses dois colégios também terão excelentes notas no IDEB e em outros exames e que dali sairão excelentes alunos que passarão nos vestibulares e concursos. Eu tenho a certeza que se levarmos essa filosofia de trabalho a mais escolas, será dado um salto qualitativo na educação do Estado de Roraima. E também terão o meu apoio.

Agora, quero falar um pouco da crise no sistema prisional. É de conhecimento de todos o caos nesse sistema. E ele tem diversas causas. Nós não viemos aqui apontar culpados, mas buscar soluções. Eu fui diretor de presídio, secretário de justiça e cidadania e conheço um pouco daquela situação. As causas estão relacionadas à má gestão, falta de recursos, falta de estrutura física adequada. Isso vem de muito tempo e a situação vem se agravando. Medidas paliativas vem sendo tomadas ao longo dos anos, mas há também a falta de pessoal preparado e de material, a inexistência de programas de ressocialização. As causas são as mais diversas, mas eu vou me ater apenas a um ponto aqui, procurando apontar soluções. Eu trago uma sugestão ao Governo do Estado, pois há poucos anos foi realizado, trabalhei para isso, inclusive outros Deputados também, e, nós não tínhamos a carreira de agente penitenciário. Nós trabalhamos o projeto, fizemos o anteprojeto e veio do Governo para cá para criarmos a carreira do agente penitenciário. E depois de aprovada a lei, trabalhamos para convencer o Governo a realizar o concurso público. Se não me engano, ainda no Governo Anchieta foi realizado o concurso público com 300 vagas, houve a posse dos concursados. Nós achávamos que com 300 agentes penitenciários as atribuições daquele serviço, competência exclusiva do agente penitenciário, estariam a salvo. Mas, não foi isso que aconteceu. Ao longo desses últimos 2, 3 anos, dos 300 agentes penitenciários, se nós tivermos hoje a metade na atividade fim da carreira é muito. E o número é muito pouco, pois em torno de 150 agentes penitenciários estão trabalhando, efetivamente, na Penitenciária de Monte Cristo, na Cadeia Pública, na Casa do Albergado, no Centro de Progressão do Regime, na Cadeia Pública de São Luis do Anauá e no Presídio Feminino, ou seja, são seis unidades prisionais que nós temos. Se fossem esses 150 somente para a Penitenciária eu diria que estava de bom tamanho, pois teríamos esse número para bater cadeado, ou seja, para fazer todas as atividades diárias de

controle dos apenados. Então, nós estaríamos muito bem. Acontece que não acontece, temos seis unidades prisionais e além disso as atividades externas de condução de presos para os mais diversos eventos, como audiências na justiça, em delegacias, no Ministério Público, médicos, enfim, uma série de atividades desenvolvidas pelo agente penitenciário. Então, a nossa fala é no sentido de fazermos uma análise mais profunda dessa questão. Tivemos 300 agentes penitenciários concursados, é claro que alguns já devem ter saído do sistema prisional, buscando outras carreiras, outros foram demitidos por problemas disciplinares, mas, temos, com certeza, mais de 250 agentes penitenciários ainda na carreira, porém, pouco mais de 150 trabalhando na atividade-fim. Então, eu vejo que precisamos verificar a questão dos agentes penitenciários, porque falta apoio, estrutura, materiais e equipamentos que são necessários para o exercício dessa atividade que é uma das mais perigosas do serviço público. Um agente carcerário tem, de acordo com o manual do agente penitenciário, mais de 20 atribuições exclusivas, uma delas é cuidar da disciplina e da segurança dos presos apenados. Mas, nós estamos vendo isso acontecer, segundo as informações que quase diariamente chegam no nosso gabinete. Os policiais têm que efetuar a conferência diária dos presos, mas isso não está acontecendo na penitenciária, quem tem que fazer a conferência diária dos presos é o agente penitenciário, Deputado Everton. Vossa Excelência foi diretor daquela penitenciária e sabe muito bem disso. As informações que me têm chegado é quem faz a conferência é um preso, representante de cada ala. Ora, isso é atribuição do agente penitenciário. É o Estado que tem que fazer isso. O agente penitenciário precisa fazer rondas diárias, liberar o preso para fazer trabalho interno, fazer o pagamento, a entrega da refeição diariamente, executar a revista em pessoal ou em material, realizar a segurança interna, executar revista nas celas periodicamente, fazer escoltas e condução de presos etc... Eu elenquei aqui uma 78, mas são 26, se não me engano, que constam no manual do agente penitenciário, do Departamento Penitenciário Nacional.

Por que não está sendo feito o serviço? Porque ele não se sente seguro para fazer. Há uma série de outras condições e necessidades para dar segurança, como o poder do estado no controle do apenado, mas isso não está acontecendo. Precisamos trabalhar em cima disso, porque se nós ficarmos esperando a construção de mais presídios, essa crise vai perdurar por muitos e muitos meses, quem sabe anos. Muitas coisas precisam ser feitas, mas uma de urgência é a questão do efetivo da segurança interna que é competência exclusiva do agente penitenciário, o qual não está conseguindo realizar sua missão por diversas razões, uma delas é o número reduzido do efetivo, Deputada Aurelina. Temos, com certeza, um terço do efetivo desviado das suas funções. Quem está lá na ponta trabalhando dia a dia, está tendo que trabalhar por ele e por mais um ou dois servidores que estão em outras funções. Isso precisa ser revisto. E outro ponto, o Estado precisa fazer, com urgência, um processo seletivo, Deputado Mecias, para contratar, em caráter excepcional e temporário, pessoas para contribuir no trabalho do agente penitenciário, para o Estado retomar o controle dos estabelecimentos penais do nosso Estado, especialmente da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Recursos humanos, capacitados para isso, nós temos centenas. Temos ex-policiais, ex-agentes carcerários, ex-agentes temporários que trabalharam lá, têm uma vasta experiência e podem muito bem suprir essa necessidade, até que o estado se organize para realizar um certame público, processo que leva dois, quatro anos para se finalizar. Isso precisa ser feito para ontem, não é para hoje e não é para amanhã. O estado precisa colocar pelo menos mais 150, 200 agentes penitenciários através de processo seletivo. Vamos fazer isso, pegar esse pessoal, fazer uma reciclagem, colocar por 30 dias pelo menos na academia, dar um treinamento intensivo e colocá-lo para contribuir, porque controlando o sistema prisional, vamos dar tranquilidade às famílias de bem deste Estado.

Concedo apartes aos Deputados: Mecias, Aurelina e George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado Chagas, quero parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz nesta manhã. O senhor sempre ocupou essa tribuna, com muito zelo. Vossa Excelência sempre foi muito cauteloso e faço questão de dizer isso.

Primeiro, quero falar do colégio militar, dizer que sou testemunha do trabalho árduo que o senhor teve ao fazer com

que fosse aprovada nesta Casa a criação do colégio militar. Votei favorável pela criação por sugestão de Vossa Excelência e tenho certeza que nenhum dos deputados, nem o governo e, principalmente, as famílias do Estado estão arrependidos da criação do Colégio Militar. Então, parabéns a Vossa Excelência.

Com relação ao presídio, ao sistema penitenciário de Roraima, ao caos instalado no Brasil inteiro, porque em qualquer lugar do Brasil que se vá, existe essa problemática infinita, a mesma coisa acontece na saúde. A saúde, a educação no Brasil inteiro grita e aqui, em Roraima, também. O sistema penitenciário é o tema no momento. O prédio ocupado pela penitenciária hoje, é um prédio que o Senhor sabe que foi construído na época para ser uma escola da polícia militar, mas foram levando presos para lá e de repente o local virou o presídio, mas não há estrutura, em hipótese alguma, para ser o presídio de Roraima com clientes da natureza dos que estão lá. E nós precisamos de homens, equipamentos, mas se não for construído um novo presídio, adaptado, moldado para o sistema exigido no momento, não vai adiantar absolutamente nada. É claro que a necessidade de aumentar o efetivo é uma solução momentânea. Primeiro, porque, apesar do Estado estar em situação difícil, temos homens preparados para isso. Temos 150 homens da polícia Militar do Estado e da União que estão se aposentando agora esse mês, Vossa Excelência é sabedor disso. Esses homens podem ser reconvocados, bem como e outros ex-policiais que têm um pequeno preparo podem fazer uma reciclagem e podem ir para lá atuar urgentemente no sistema.

A governadora Suely, há poucos dias, em reunião com a Bancada Federal, com o Ministro da Justiça conseguiu dois milhões e duzentos mil reais para a compra de equipamentos e mais quatro milhões e duzentos reais para construir o presídio de Rorainópolis. Mas isso, não será suficiente.

Então, era isso. Com as minhas palavras quero corroborar em número, gênero e grau com o que Vossa Excelência acaba de dizer. Há medidas que precisam ser adotadas no momento, porque construir um novo presídio é algo um pouco mais demorado. Então, é necessário que a medida mais próxima seja adotada. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado, Deputado Mecias, pela sua contribuição, ratificando o nosso pronunciamento, por ser também conhecedor dos problemas que afetam essa área. Eu apenas faço uma pequena ressalva no tocante a esses dois milhões e duzentos mil reais que o Ministério da Justiça falou que passaria para o Estado. Na verdade, esse já era um dinheiro do Estado de Roraima, por conta de um convênio estabelecido entre o Estado e a União, devido ter contribuído com a Força Nacional de Segurança para as olimpíadas, mandando cerca de 100 policiais militares. Então, na verdade, a União está pagando o que deve, não fez nada para o estado de Roraima. É de se lamentar essa falta de atenção do Governo Federal para com as unidades federativas na questão da segurança, especialmente na questão do sistema prisional. Nos demais, seu aparte enriquece o nosso pronunciamento e requeiro a taquigrafia que inclua o seu aparte no meu pronunciamento. E desde já agradeço as suas palavras de apoio.

Concedo um aparte à Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado Chagas. Ontem, nós conversávamos exatamente sobre o que Vossa Excelência está expondo hoje e eu lembrei que um dia falei que polícia militar era uma das coisas mais importantes da nossa vida, porque quando a gente passa por uma situação de perigo, de medo, lembra da Polícia Militar. Quando a gente escuta alguma coisa de anormal na nossa casa, chama logo a polícia militar. Quando alguém olha para você de cara feia, você diz, vou chamar a polícia. E eu acompanho muito de perto a comunidade em que fica a escola Hitler de Lucena, no Nova Cidade, não a questão da escola, mas a comunidade. Aquela era uma escola terrível, cheia de problemas, o diretor, por exemplo, teve que ser escoltado pela polícia muitas vezes. Você chegava lá e tinha um armário cheio de armas caseiras, que os diretores tomavam dos alunos Deputada Lenir, isso foi no seu tempo, tempo do professor Aias. Hoje, com a implantação do sistema militar, apesar de uma certa resistência no início, a escola é orgulho para aquelas pessoas. Sabe o que a escola militar traz? Um sentimento novo, o orgulho do aluno de se sentir militar, pois ele se sente PM, orgulhoso de estar participando da escola. E esse é um sentimento muito bom para

a polícia, pelo respeito que passa a ter. Mas, Deputado, o senhor começou seu pronunciamento trazendo uma série de questões e uma me chamou a atenção: Gestão. Temos aqui uma população carcerária em torno de 1.500 presos, o CSE tem muita gente e, conversando com a Deputada Lenir, lembramos da nossa antiga SEMAJUS, que era Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Justiça e Cidadania, cuidava de presídio, cuidava de tudo, não lembro depois o que veio, mas sei que tínhamos os agentes carcerários, e pelo que está no papel, eles têm a mesma função do agente penitenciário. E de repente, quando se criou a SEJUC, aí o agente carcerário era da polícia civil e não da SEJUC. Agora, não sei onde está esse povo, e fazendo o quê? Aí lembrei da gestão, esse povo está em algum lugar, concursado, só que o sistema penitenciário passou para a SEJUC, ou seja, a função do estado é única, não é mais exercida pelo órgão anterior e sim pela SEJUC. Então, automaticamente, a estrutura acompanha a ação do estado. Isso é o que discuto no setor agrícola com a ADERR, pois não faz mais defesa animal e vegetal na Secretaria de Agricultura, se faz através da ADERR. Então, o servidor concursado tem que ir para a ADERR, essa é a lógica. Eu estava conversando com algumas pessoas e cerca de 280 agentes penitenciários estão exercendo sua função, 150 trabalhando, e por aí vai, daqui a pouco vamos ter mais agentes que preso. E há muito tempo, pela prática que a gente tem e já vivenciou, quem faz o levantamento dos presidiários e distribui a comida são os chefes de ala, os presos. Isso é interessante. O senhor falou que, foi criada a carreira, a função definida do Agente penitenciário, que é igual a do Agente Carcerário, e todo mundo quer salários, quer promoção, a gente diz que tem que cortar gastos, e no outro dia diz que tem que contratar. É difícil a nossa posição. Estou dizendo isso ao ouvir o seu pronunciamento, muito bom e o parabenizo. Mas, pensando na nossa vida, uma hora a gente está dizendo que tem que cortar e outra que tem que contratar. Todavia, eu olho para frente e digo que tem que ter gestão. Para mim, é essa a situação. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Obrigada Deputada, Vossa Excelência tem razão e fala com muita propriedade, pois diversos problemas de gestão aconteceram. Essa questão do Agente Carcerário foi uma delas. Quando foi realizado o concurso em 2003, aproveita-se o concurso da polícia civil e no mesmo concurso, Deputado Flamarion, o senhor conhece bem isso, que estava institucionalizando a polícia civil, um concurso para escrivão, delegado, agente de polícia, enfim, diversas cargos dentro da carreira de policial, aproveitaram e colocaram o cargo de agente carcerário, quando a denominação deveria ser agente penitenciário. As atribuições que constam no edital eram de agente penitenciário, para trabalhar nos estabelecimentos prisionais. Os candidatos fizeram o concurso, tomaram posse e foram para os estabelecimentos prisionais mas, logo e depois, começaram um movimento de convencimento dizendo que fizeram concurso para a polícia civil e que estavam em desvio de função. E esse movimento perdurou por anos e anos até, recentemente, em 2013, quando houve o convencimento de criar a carreira de agente penitenciário, onde depois do concurso e da posse dos 300 agentes penitenciários eles regressariam à polícia civil. Mas, a intenção era, Deputado Flamarion me corrija se estiver errado, efetivamente, está lá no edital as atribuições, para trabalharem nos estabelecimentos prisionais. No entanto, mas houve um entendimento político e recolocaram eles na polícia civil. Enfim, estão trabalhando lá em funções típicas de policial civil, o Deputado Jorge Everton pode nos trazer informações sobre isso, e devem estar contribuindo com a segurança pública. O fato é que agora temos um problema, a necessidade de efetivo para cuidar dos estabelecimentos prisionais, e é urgente, uma prioridade que tira o sono, o sossego das pessoas de bens deste estado, que é o controle do estabelecimento prisional, manter os presos sob controle, diminuir os números de furtos e assaltos, tráficos de drogas, homicídios, estupro na nossa cidade. Portanto, nós precisamos controlar o sistema prisional que é tão pequeno. E pouca coisa precisa ser feita, uma delas, como medida urgente, paliativa, é a contratação temporária de pessoal para tomar o controle dos estabelecimentos prisionais das mãos dos presos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado, obrigado pelo espaço. Ontem, na CPI do Sistema Prisional, eu questionei com o Sobrinho, representante do sindicato, porque existe um número de agente carcerário muito grande. Até achei que tinha alguém à disposição ou em desvio de função, mas ele disse que não, que todos estão lá, e que estão trabalhando em funções administrativas. Deputado, sua fala é muito boa e oportuna, porque

há dias estamos esperando que esse governo faça um trabalho de reestruturação do estado, até hoje não fizeram nada. Está vindo para cá uma PEC que já foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados, em segundo turno, e essa PEC vai congelar concursos. Então, se o governo tivesse feito um trabalho lá atrás, provavelmente, hoje, com sua fala, eles poderiam dar um estalo e fazer rapidamente um chamado desses PMs que estão se aposentando, para que nós não ficássemos desguarnecidos. Sabemos, Deputado, que se não cuidarmos do sistema prisional, se deixarmos solto o problema de assalto aumenta na rua. E isso vem se mantendo aí ao longo dos anos. Quero parabenizá-lo por sua fala, até porque sei que esse governo é especialista em ação emergencial. Nunca conheci um governo tão profissional em ação emergencial. O governo faz uma ação emergencial quase todo dia para seus apaniguados, familiares, não sei por que a dificuldade deles fazerem um emergencial para resolver esse problema que é de interesse da população. Acho que quando é de interesse da população, as coisas não funciona, só quando é de interesse pessoal da família Silva campos e agregados que a gente conhece a estrada. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Obrigado, Deputado George Melo, pela sua contribuição. Eu passo a palavra agora para o Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** - Deputado Chagas, obrigado pelo aparte. Eu vou tentar falar rápido para não tomar muito o seu tempo. O que eu acho interessante é que quando nós assumimos, o senhor assumiu como Secretário de Justiça. E eu aceitei o desafio de ir para a penitenciária, mas aceitei porque Vossa Excelência teve a coragem de fazer o que era necessário para controlar o sistema. Nós fizemos um trabalho sem dar desculpas, sem olhar para trás, resolvendo um problema que tinha que ser resolvido, enfrentando com coragem para uso pessoal. Pagamos um preço alto. E Vossa Excelência sabe o que nós passamos para manter o presídio nove meses sem fuga. Mas foi com seriedade, com compromisso com a sociedade que nós fizemos isso, porque tinha isto tem que ser feito. Eu entendo que existe um momento de dificuldade financeira que o estado está passando e que é necessário cortar a Secretaria Extraordinária, reduzir o número de cargos comissionados, enxugar a máquina, mas existem prioridades: saúde, segurança pública, educação, onde não se deve falar em cortes. O que precisamos é falar em gestão. Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento, mostrando a necessidade de se fazer uma contratação emergencial. Nós temos pessoas preparadas que podem assumir. Eu sou favorável ao concurso público. Vossa Excelência sabe, muito embora mude o trâmite do concurso público. Mas que ocorra, se instaura uma contratação temporária. Isso aqui já foi utilizado por mim no DETRAN, e pode ser utilizado aqui sim, emergencialmente, até que se resolva o problema. O que a gente não pode é estar dando desculpa, botando culpas nos outros em vez de assumir. Se não tem capacidade de gerir, saia. Isso é simples.

Com relação aos agentes carcerários, não é tão simples o processo. Quando se fez o concurso, apesar de ter a mesma denominação de cargo, só mudou o nome, na realidade, de agente carcerário para agente penitenciário. Mas o concurso não dizia que era para agente, o concurso dizia que era para SEJUC, para a Polícia Civil. E a lei é clara a Constituição é clara. Eles fizeram o concurso para a Polícia Civil para serem carcereiros, para cuidar em celas e de presos que estão ali apreendidos, até serem encaminhados para a penitenciária. Eles estão executando essa função. Podem ter tido uma boa intenção, de utilizar um único concurso para atingir os dois: SEJUC e Polícia Civil, só que a Constituição não utiliza o limite. E a lei é favorável a eles. E eles foram devolvidos para a Polícia Civil como forma de verificar realmente onde prestaram concurso. Pode ser que através de um acordo o governo entenda que pode fazer uma parceria temporariamente também, só que isso vai atrapalhar o atual trabalho da Polícia Civil. E se puxar demais, descobre os pés. E eu sou favorável à contratação temporária dessas pessoas que já serviram ao sistema penitenciário e estão preparadas para assumir um órgão emergencial.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Obrigado, Deputado Jorge Everton. Vossa Excelência conhece muito bem essa realidade e seu aparte contribui para o no nosso pronunciamento. No tocante ao processo eletivo, Deputado Jorge Everton, diversos estados estão realizando, a exemplo do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraná e outros que não lembro. Esses três, com certeza abriram processo seletivo para contratação temporária de agentes penitenciários. Então, não é algo novo. Não estão inventando,

apenas estão apontando soluções para um problema que é claro no nosso estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Também quero parabenizar Vossa Excelência e colocar alguns dados que nós temos acompanhado durante a CPI do sistema prisional, a qual se propõe a apurar as possíveis falhas no sistema, pois toda a população já está comprovando com esses eventos na nossa sociedade que existem falhas. Mas, num primeiro momento, estamos fazendo uma análise processual de autos de licitação pública, inclusive da alimentação e de prestação de contas da SEJUC. E também fizemos visitas in loco. E mesmo o deputado Izaías Maia e o deputado Soldado Sampaio tendo conhecimento, o Deputado Jorge Everton tendo sido, inclusive, diretor lá no sistema, eu sendo defensora pública da execução penal, todos esses deputados, o Deputado Flamarion que também tem uma larga experiência, inclusive já foi Governador do nosso Estado, o que por si só já lhe dá um conhecimento de causa, nosso grupo, a CPI do Sistema Prisional parece que ainda não se fez entender pela sociedade. Mas o nosso papel é exatamente dar segurança para a sociedade que está aqui fora. E isso, tem nos incomodado no sentido de que temos trabalhado duro, esta Casa tem prestado contas para a sociedade, mostrado que não está inerte, que nós estamos atuando efetivamente buscando esses gargalos para melhorarmos a vida das pessoas, inclusive de toda nossa sociedade, pois, só teremos tranquilidade se também o sistema prisional tiver uma boa gestão e se o preso pagar o que deve e cumprir o que tem que ser cumprido. Então, antes desse evento de morte que aconteceu na Penitenciária, fizemos visitas na cadeia pública de São Luiz e temos lá 82 presos com a capacidade é para 24 presos. Por aí, por si só, você já vê uma falha de superlotação. Fomos à cadeia pública e lá encontramos 307 e a capacidade é para 120 presos. Fomos à cadeia pública feminina de Boa Vista e lá encontramos 192 mulheres quando a capacidade é para 92, quer dizer tinha 100 mulheres a mais. Nós encontramos na PAMC no dia que fomos lá 1452 presos e a capacidade é para 750 presos. Fomos à casa do albergado, mas, lá que tem 251 albergados e tem pouco, porque só uma parte está funcionando e a outra parte está em regime de prisão domiciliar, mas a capacidade é para 109 presos. Não fomos ao CPC, mas obtivemos uma resposta de que lá tem 31 presos sendo que a capacidade é para 9 presos. Estivemos na delegacia, na DRE e tem um preso. Fomos pessoalmente ao CPP, antigo CSE e lá tem 190 presos sendo que a capacidade é para 181 presos. Por si só já observamos que realmente os deputados têm razão quando se manifestam pela construção de um novo presídio ou pela construção naquele espaço mesmo, de outro presídio com capacidade e elaboração técnica para ser um presídio de segurança, algo que realmente se faz necessário, pois já vimos que um dos gargalos é a superlotação. Nós, naquele momento, detectamos que só temos 279 foragidos. Esse número é pouco em relação a outros estados. E constantemente, no dia a dia, a polícia está encontrando esses foragidos e devolvendo-os para o sistema. Nós estamos chegando à conclusão que os agentes penitenciários estão sobrecarregados. Estão sim. Ontem, ouvimos os trabalhadores, o sindicato e a associação da polícia militar e dos bombeiros. Os policiais militares com atuação na PAMC também estão sobrecarregados, mas a sociedade pode contar com o compromisso dos que prestam serviço na PAMC. Há quinze postos de guarita para serem ocupados, mas não estão sendo por falta de efetivo, inclusive a guarda do portão. Fiz uma pergunta ao responsável pela PM que trabalha lá, o Major João Carlos, que primeiro me disse que lá é o inferno, mas, ao mesmo tempo, ele colocou que os policiais militares estão satisfeitos com o trabalho. Minha pergunta ao Major João Carlos foi se ele recebia pedidos de policiais militares que trabalham na Assembleia, no Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas para prestarem serviços na PA. Ele me respondeu que não. Então, acredito que agora que estamos na fase de estudo do orçamento, e Vossa Excelência é o Presidente da Comissão de Orçamento, temos que olhar com mais carinho para a PM, especificamente para quem presta serviços na Penitenciária e nas outras unidades. Temos que olhar com carinho para a SEJUC. Independente de posição política, nós temos que dar uma resposta à sociedade nesse momento. Por quê? Porque nós, com a CPI do Sistema Prisional, estamos demonstrando que não estamos inertes, que esta Casa está atenta aos problemas da sociedade e que queremos garantir a segurança das pessoas de bem de todo o nosso estado. Quero parabenizar vossa excelência e agradecer pelo aparte. Obrigada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Obrigado Deputada Lenir, sempre com o discurso coerente com o tema, com certeza contribui muito com o nosso pronunciamento. Concedo um aparte ao Deputado Chico Mozart.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Mozart** - Deputado Coronel Chagas, eu gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento, pelo seu discurso e, inclusive, pela iniciativa de criar o colégio militar no nosso estado. A escola do Bela Vista, escola padrão, estava sendo acompanhada por PMs. Eu tive a curiosidade de ir lá conhecer e conversei com algumas pessoas que me disseram que o resultado foi positivo, pois a presença da PM lá modificou a situação daquele colégio. E como falaram tanto no sistema prisional, eu acompanhei algumas reuniões que tratavam da necessidade da criação de um novo presídio e numa delas foi levantada uma questão muito importante, que as pessoas não notaram, o valor da manutenção de um novo presídio. Uma das pessoas que estava lá citou como exemplo, a arena amazonas, aquele estádio de futebol em Manaus, destacando o custo para manter aquele estádio. É preciso fazer um estudo minucioso para saber quanto custará, não só o valor da obra, mas da manutenção de um novo presídio. Gostaria que incluísse o meu aparte em seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Obrigado, Deputado Chico Mozart e a todos os Deputados que contribuíram com apartes. E obrigado aos demais colegas pela paciência em nos escutar. Eu quero reafirmar a necessidade de estabelecer a questão do sistema prisional como prioridade de gestão, porque a SEJUC, o sistema prisional sempre foi o primo pobre da administração pública, em todos os fundamentos. Num passado recente, um servidor público dava problema, transferia para a SEJUC, seria punido como essa transferência. Mas, isso foi enfraquecendo aquela pasta que é importante, onde os recursos têm que ser otimizados. E como falou o Deputado Jorge Everton, saúde, educação, segurança pública são prioridades. Se os recursos são pouco, nós precisamos saber o que fazer com esses recursos. Já se falou em reforma administrativa, aproveitou-se um Projeto de Lei aqui na Assembleia para estabelecer, através de uma Emenda do deputado Mecias de Jesus, um prazo para que o governo do Estado encaminhe, prazo de trinta dias, um Projeto de Lei tratando da reforma administrativa do Estado. Eu aproveito o ensejo para pedir ao governo que faça, no tocante ao sistema prisional, economia, corte de gastos, reveja alguns conceitos nas mais diversas áreas. E nessa área de segurança, eu sugiro transformar o sistema prisional em superintendência de assuntos penais, subordinada diretamente à Secretaria de Segurança pública, onde já existe o DEPLAF, novo nome para cuidar das aquisições, dos contratos e das compras para suprir o sistema prisional e extingue-se a SEJUC, o que vai reduzir muito na questão da atividade-meio e outros órgãos como o Departamento da cidadania e direitos humanos, que o DECON se vincule ou à Secretaria de Segurança, ou até mesmo à Casa Civil ou à Defensoria, enfim, porque há outros órgãos do Governo que podem absorver essas outras atividade-fim do DECON, da Secretaria dos Direitos Humanos. O fato é que nós precisamos encontrar soluções e uma delas, no tocante à questão prisional, é o processo seletivo para contratação de gente em processo temporário. Então, nessa reforma administrativa extingue-se a SEJUC. E quem está falando isso é quem elaborou o anteprojeto, lá em 200, para a criação da SEJUC, mas o momento é de crise, nós precisamos reduzir despesas, porque senão, chegaremos a janeiro sem pagar o servidor público, sem comprar remédios para os hospitais. O momento é esse. O Deputado Mecias foi muito feliz em propor aquela Emenda, pois é urgente a possibilidade de se fazer uma reforma administrativa. E esta Casa não vai virar as costas para o Estado de Roraima, pelo contrário, chegando o Projeto aqui, eu tenho certeza que, em poucos dias, para não dizer poucas semanas, nós votaremos para ajustar o tamanho do Estado aos seus recursos. Muito Obrigado, bom dia a todos e que Deus nos ilumine e guarde.

O Senhor Deputado **George Melo**- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa. Senhoras e Senhores hoje ocupando a tribuna desta Casa. Eu quero convidar toda a população de Roraima para uma manifestação na sexta feira, às 15:30, 16:00 horas, aqui na praça do centro cívico. Eu entendo que o estado de Roraima precisa dizer a esse governo da insatisfação de como vêm conduzindo esse Estado. Há 15 dias, eu estive aqui, fiz algumas denúncias e não me surpreendi quando o Tribunal de Contas confirmou que o problema de Roraima não é falta de

dinheiro, dinheiro tem, o problema é como esse dinheiro está sendo canalizado. Ora, vejam os senhores, o estado está tendo sua arrecadação normal, a governadora não tem nenhuma necessidade de coibir a sonegação do ICMS das carretas que passam para Pacaraima, que estão acabando as estradas da BR 174 e que não pagam um centavo a esse estado. Se fiscalizassem o ICMS das carretas que passam para lá, teríamos condições de pagar os servidores, de ajudar outros serviços. Eu acompanhei atentamente a fala do Deputado Chagas, mas é preciso a gente lembrar que tem três bilhões e duzentos mil de orçamento para serem gastos nesse estado por ano, mas se colocarem bilhões também não dá, porque a fome dessa família é muito grande, a fome desses agregados é muito grande, não vai sobrar um centavos senhoras e senhores, porque eu conheço e estou vendo como as coisas estão acontecendo. O Tribunal de Contas foi cirúrgico quando disse que esse governo não poderia pagar esse ano a dívida de governos anteriores. E o que foi que eles fizeram? Pagaram do jeito que quiseram, acabaram com o orçamento e agora vêm com essa ladainha que não tem dinheiro. E não vai ter não, porque eles já gastaram, é só acompanhar e ver como esse governo gasta o dinheiro. É dinheiro de balde para Brasília, porque a filha da governadora está lá. A produção de gado aumentou em nosso estado e eu tenho informação de que o Mato Grosso está vendendo muito gado para Roraima. Agora, em contrapartida, a economia do estado está quebrando, alguns empresários estão felizes, principalmente os que estão levando suas carretas para Pacaraima, mas os que dependem do salário dos servidores, que são os donos de: mercearia, padaria, que dependem, única e exclusivamente dessa economia, esses aí estão em condições difíceis, porque suas vendas caíram, porque esse governo não entende, não sabe como gastar o dinheiro de forma correta. Para o governo, gastar dinheiro de forma bem gasta, senhoras e senhores, é quando chega o repasse do dia 10, que é o maior, a governadora ir com a família e dizer: isso aqui é da família, isso aqui é do genro, isso do cunhado e dos outros parentes próximos. É isso que esse governo tem feito durante todo esse tempo que ele esteve no poder. Então, com isso, quero convidar todos os senhores para virem na sexta-feira, dia 25, à tarde, para fazermos uma manifestação e dizermos: Não! Dizermos: Governadora, trabalhe, mas com responsabilidade. É inadmissível! Acho que esta Casa está demorando a votar o afastamento dos dois secretários que o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar já pediu que fossem afastados, pois está fazendo ouvido de mercador, como faz todas as vezes em que se pede a demissão de um secretário. O Ministério pediu que afastassem os parentes, mas nenhum, até hoje, foi afastado. O que nós estamos vivendo em Roraima, infelizmente, é um momento não de dificuldade financeira, a dificuldade financeira está ocorrendo porque o dinheiro do estado está sendo desviado, está sendo mal gasto, de forma irresponsável e até criminosa, senhoras e senhores. Esse é o estado que nós temos hoje, um estado de perigo. Se você for na Maternidade, está pavoroso, são mulheres nos corredores, se você for no hospital, no HGR, está do mesmo jeito, se formos na Secretaria de Educação, está do mesmo jeito, ar-condicionados queimando e o rapaz que ganhou a licitação não tem dinheiro para mandar recuperá-lo as vicinais e as pontes no interior há muito tempo não estão tendo manutenção. Agora, está começando a quebrar um ar-condicionado, um aparelho e não tem dinheiro para consertar. Sabem por quê? Porque as firmas estão há um ano sem receber. Um ano, e algumas delas, estão sem receber há mais tempo. Como é que você vai pagar imposto, se não recebe? Então, é com esse discurso que eu peço à população de Roraima, antes tarde do que nunca, que se manifeste porque quando o povo veio para cá, para a Assembleia, a governadora rapidamente arrumou dinheiro e pagou os servidores, mesmo quando dizia que não tinha dinheiro. Por que será que ela pagou? Tinha dinheiro, mas estava guardadinho para as empresas que ela gostaria de ter pago. Amanhã teremos o décimo terceiro e vai ser do mesmo jeito, se os servidores forem para cima, recebem, se ficarem calados, não vão receber. Então, é isso que eu quero dizer nesta manhã de hoje, deixar esse recado e convidar toda a população para se mobilizar e dizer para a governadora que agora é a hora de governar o estado, porque senão não teremos mais paciência. Esse é o momento. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, informo que há sobre a mesa o Requerimento nº 070/16, requerendo a inclusão, na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 26 do corrente, do

Projeto de Decreto Legislativo nº 027/16, que “aprova a indicação do nome do Senhor Francisco de Assis da Silveira para ocupar o cargo de Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RR”, de autoria de vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 070/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 070/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Requerimento nº 070/16.

Não havendo nenhum dos senhores deputados que deseje discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, agora, para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 027/16, que “aprova a indicação do nome do Senhor Francisco de Assis da Silveira para ocupar o cargo de Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RR, conforme Mensagem Governamental nº 102/16”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 070/16, requerendo a inclusão, na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 26 do corrente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 027/16, que “aprova a indicação do nome do Senhor Francisco de Assis da Silveira para ocupar o cargo de Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RR”, de autoria de vários Deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 070/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 027/16 e do Parecer da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 030/16.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, gostaria de solicitar a dispensa da leitura do parecer, haja vista que seu teor, já é de conhecimento de todos os Deputados.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Recebo a Questão de Ordem, mas não acato, pois só os Deputados da comissão estavam presentes na reunião. Então, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do parecer e dispense a leitura do relatório.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 027/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, quero dizer ao Senhor Chicão da Silveira que a missão atribuída a ele no DETRAN é muito importante. Nossa capital aparece sempre entre as primeiras do país em número de acidentes com vítimas fatais e isso, com certeza, preocupa a todos nós. E o trabalho do DETRAN é muito importante juntamente com o trabalho que é desenvolvido pela Polícia Militar. A Secretaria Municipal de Trânsito precisa realizar um trabalho em parceria para que possamos diminuir, através de uma educação preventiva, o número de acidentes, de trânsito. Diminuindo o número de acidentes podem ter certeza que vamos diminuir também os gastos nos nossos prontos-socorros com pessoas acidentadas e também diminuir a dor de famílias que perdem entes queridos. Contem com o meu apoio desde de já. Eu tenho certeza que Vossa Excelência vai realizar um grande trabalho à frente do DETRAN. Em votação. Solicito a abertura do painel para a votação. A votação será secreta e eletrônica. Votando “sim” os Senhores aprovam o nome do Senhor Chicão da Silveira e votando “não” rejeitam-no.

Encerrada a votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto nº 027/16 por 17 votos favoráveis, 02 contrários e nenhuma abstenção. Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para as Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Hoje, teremos novamente oitiva da CPI do Sistema Prisional e convido os Senhores Deputados Soldado Sampaio, Jorge Everton, Flamarion Portela, Izaías Maia para estarem presentes às 15 horas, na sala do bloco G-14. Também convido os senhores deputados a participarem, amanhã, aqui no plenário, da Audiência Pública da

cultura.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Gostaria de informar aos Senhores Deputados que temos matéria de interesse de todos da comissão de orçamento. Em reunião da comissão realizada ontem, às 15 horas, nesta Casa, foi deliberado pelos membros da comissão, por unanimidade, o seguinte ponto no tocante ao projeto de lei orçamentária: foi ampliado o prazo para apresentação de emendas que encerraria no dia 29 para o dia 10 de novembro. Então, os Senhores Deputados terão mais prazo para estudarem detalhadamente as emendas. Realizaremos segunda-feira, às 17 horas, no plenarinho desta Casa, uma reunião da comissão e esta aberta a todos os deputados. Na oportunidade, serão convidados todos os prefeitos eleitos de Roraima para que possam conhecer o orçamento e proporem aos deputados as necessidades dos seus municípios. E os Deputados, recebendo os prefeitos, poderão verificar a possibilidade de absorverem as necessidades desses municípios e transformarem em emendas parlamentares, ou proporem através de emendas de comissão. Foi aprovada a convocação do secretário de planejamento para que ele venha com sua equipe no dia primeiro de novembro, às 15 horas, também no plenarinho, apresentar, de forma detalhada, a proposta do estado para 2017. Vai ser a oportunidade que os deputados terão de fazerem perguntas ao secretário de planejamento e à sua equipe sobre a forma como foi feito o cálculo para chegar ao orçamento que estima a receita em 3.528.000,00 para o exercício de 2017, como o estado pretende aplicar esses recursos no ano vindouro e a partir daí formarem suas convicções de como propor as emendas que entendem necessários. Dia 31, às 17 horas, na próxima segunda-feira, reunião extraordinária da comissão de orçamento, aberta a todos os deputados, para receber os prefeitos eleitos que tomarão posse no dia primeiro de janeiro. No dia primeiro de novembro, reunião extraordinária da comissão de orçamento para ouvir o secretário de planejamento, ele e sua equipe.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 27 de outubro, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA,
 TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**

Em 25/11//2016

EDITAL DE CONVOCACÃO Nº005/16

Convocamos os Senhores Parlamentares, que compõem esta Comissão: **Aurelina Medeiros, Izaías Maia, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Soldado Sampaio e Zé Galetto** para reunião Extraordinária, no dia 28 de novembro, às 9h, na Sala de Reuniões.

Dep. Coronel Chagas
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
EDITAL DE CONVOCACÃO N.º 013/16

Convocamos os Senhores Deputados Membros desta Comissão: **Evangelista Siqueira, Masamy Eda, Chico Mozart, e Mecias de Jesus**, para participarem da Audiência Pública a ser realizada por esta Comissão no dia **30 de novembro** do corrente, às **15h.**, no Plenário Valério Magalhães deste Poder, (Plenarinho), solicitada pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, para apresentação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre, referente ao exercício de 2016, daquela Secretaria.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2016.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
**REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº02750/2016**

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02750/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2406 de 23 de novembro de 2016, devido à incorreção de texto.

Onde se lê:

Art. 2º Esta Resolução tem efeitos a partir de 16 de junho de 2014, prevalecendo a Resolução de nomeação do Diário de nº 1915, do dia 08 de outubro de 2014.

Leia-se:

Art. 2º Esta Resolução tem efeitos a partir de 16 de junho de 2014, prevalecendo a Portaria de exoneração de nº 0007/2015-DGP do Diário nº1987 do dia 26 de janeiro de 2015.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02780/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Izaildo Ferreira de Luna**, matrícula 17889, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02781/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Jose de Arimateia Alves de Souza**, matrícula 18355, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02782/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Maria Iolanda Rodrigues**, matrícula 17893, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em

conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02783/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Mendel Kayam Guimarães Ferreira**, matrícula 18761, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02784/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Rafael Vicentino Leite**, matrícula 17898, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02785/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Erika Regina Carvalho de Castro, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02786/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Francisco Brizola Albuquerque, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02787/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joice Lima Araújo, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02788/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Keytielle Silva Alencar, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02789/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Leonardo da Silva Pereira, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02790/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Leticia Souza de Queiroz, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02791/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Hordelia Soares Cauper**, matrícula **18926**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02792/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Hordelia Soares Cauper, matrícula **18926**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02793/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Sonara dos Santos Paiva**, matrícula **18928**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar

Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02794/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Sonara dos Santos Paiva**, matrícula 18928, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02795/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Camila Amorim Oliveira**, matrícula 17979, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02796/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Francielma Ribeiro Nascimento**, matrícula 18134, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02797/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Mari Anne da Silva Rocha**, matrícula 18788, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02798/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Pedro de Alcantara Duque Cavalcanti**, matrícula 18789, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02799/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Marilda Martins da Silva**, matrícula 17992, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02800/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Diêgo Silva Veras**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-08, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01

de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02801/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Linder Kennyson de Castro Araujo, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02802/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lucia Maria Pereira Carvalho, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02803/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rafael Tulio Fortes, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02804/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mario Jorge Rodrigues da Silva,

para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02805/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Cícera Oliveira Barboza**, matrícula 14378, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02806/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ellen Jane Rodrigues Peixoto, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02807/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Marciano Lopes da Costa**, matrícula 18738, do Cargo Comissionado em Gabinete de Técnico Legislativo FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 25 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário



TV ASSEMBLEIA
R O R A I M A

1 ANO NO AR

O PARLAMENTO MAIS PERTO DE VOCÊ.